

EJA e Desigualdades Contemporâneas: Mediações Pedagógicas e Reconfigurações de Trajetórias Formativas

Adriane de Carvalho Paludo

Graduação em Pedagogia

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul

adrianecpaludo@hotmail.com

Resumo: No contexto de persistentes desigualdades educacionais, materiais e simbólicas, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) surge como campo privilegiado para investigar como mediações pedagógicas qualificadas produzem reconfigurações nas trajetórias formativas, sobretudo quando articuladas a políticas públicas, trabalho e cuidado. O estudo define como objetivo geral analisar, em perspectiva crítico-interpretativa, de que modo mediações docentes, curriculares e avaliativas, sustentadas por princípios de inclusão e reconhecimento, favorecem permanência, aprendizagem com sentido e projeções de futuro dos estudantes da EJA. Justifica-se a investigação pela recorrência de evasão, pela intermitência de percursos escolares e pela necessidade de orientar decisões pedagógicas com base em evidências, de modo a reduzir assimetrias de acesso, participação e certificação. Adota-se metodologia bibliográfica, com revisão narrativa de literatura nacional e internacional recente, sistematizada em eixos: marcos legais e financeiros, concepções de mediação, avaliação formativa, multiletramentos e tecnologias educacionais acessíveis. Os resultados indicam convergências em torno de três achados: mediações que conectam saberes de vida e currículo ampliam engajamento; práticas avaliativas formativas, com feedbacks acionáveis, sustentam progressão; arranjos flexíveis de tempo-espço combinados a apoio intersetorial reduzem desistências. Conclui-se que a EJA, quando ancorada em mediações planejadas, colaborativas e transparentes, potencializa a reparação educativa e a justiça social, fornecendo diretrizes operacionais para gestão, formação docente e organização didática que reorientam trajetórias escolares interrompidas.

Palavras-chave: EJA; Mediação Pedagógica; Desigualdades Educacionais.



Recebido em: nov. 2024; Aceito em: abr. 2025

DOI: 10.56069/2676-0428.2025.716

A Interseção entre Educação e Cultura: Fundamentos Teóricos e Práticos

Junho, 2025, v. 3, n. 27

Periódico Multidisciplinar da FESA Educacional

ISSN: 2676-0428



EJA and Contemporary Inequalities: Pedagogical Mediations and Reconfigurations of Formative Trajectories

Abstract: In the context of persistent educational, material and symbolic inequalities, Youth and Adult Education (EJA) emerges as a privileged field to investigate how qualified pedagogical mediations produce reconfigurations in formative trajectories, especially when articulated with public policies, work and care. The general objective of the study is to analyze, from a critical-interpretative perspective, how teaching, curricular and evaluative mediations, supported by principles of inclusion and recognition, favor permanence, meaningful learning and future projections of EJA students. The investigation is justified by the recurrence of dropouts, the intermittency of school pathways and the need to guide pedagogical decisions based on evidence, in order to reduce asymmetries of access, participation and certification. A bibliographic methodology is adopted, with a narrative review of recent national and international literature, systematized in axes: legal and financial frameworks, conceptions of mediation, formative assessment, multiliteracies and accessible educational technologies. The results indicate convergences around three findings: mediations that connect knowledge of life and curriculum expand engagement; formative evaluation practices, with actionable feedback, sustain progression; Flexible time-space arrangements combined with cross-sectoral support reduce dropouts. It is concluded that EJA, when anchored in planned, collaborative and transparent mediations, enhances educational reparation and social justice, providing operational guidelines for management, teacher training and didactic organization that reorient interrupted school trajectories.

Keywords: EJA; Pedagogical Mediation; Educational Inequalities.

EJA y las desigualdades contemporáneas: Mediaciones pedagógicas y reconfiguraciones de trayectorias formativas

Resumen: En el contexto de persistentes desigualdades educativas, materiales y simbólicas, la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) emerge como un campo privilegiado para investigar cómo las mediaciones pedagógicas calificadas producen reconfiguraciones en las trayectorias formativas, especialmente cuando se articulan con las políticas públicas, el trabajo y el cuidado. El objetivo general del estudio es analizar, desde una perspectiva crítico-interpretativa, cómo las mediaciones docentes, curriculares y evaluativas, apoyadas en principios de inclusión y reconocimiento, favorecen la permanencia, el aprendizaje significativo y las proyecciones futuras de los estudiantes de EJA. La investigación se justifica por la recurrencia de la deserción, la intermitencia de los itinerarios escolares y la necesidad de orientar las decisiones pedagógicas basadas en evidencias, con el fin de reducir las asimetrías de acceso, participación y certificación. Se adopta una metodología bibliográfica, con una revisión narrativa de la literatura nacional e internacional reciente, sistematizada en ejes: marcos legales y financieros, concepciones de mediación, evaluación formativa, multialfabetizaciones y tecnologías educativas accesibles. Los resultados indican convergencias en torno a tres hallazgos: las mediaciones que conectan el conocimiento de la vida y el currículo amplían el compromiso; las prácticas de evaluación formativa, con retroalimentación procesable, sostienen la progresión; Los arreglos flexibles de tiempo y espacio combinados con el apoyo intersectorial reducen la deserción escolar. Se concluye que la EJA, cuando se ancla en mediaciones planificadas, colaborativas y transparentes, potencia la reparación educativa y la justicia social, proporcionando pautas operativas para la gestión, la formación docente y la organización didáctica que reorientan las trayectorias escolares interrumpidas.

Palabras clave: EJA; Mediación Pedagógica; Desigualdades Educativas.

INTRODUÇÃO

A extensão da modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) delineia-se num panorama em que os marcos de acesso, permanência e conclusão do ciclo básico de escolarização revelam tensões persistentes. Segundo dados recentes compilados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social (IMDS), a proporção de jovens de 20 a 24 anos que ainda não havia concluído o ensino médio situava-se em aproximadamente 45 % entre aqueles pertencentes ao quinto mais pobre da distribuição de renda, ao passo que entre os jovens do quintil mais rico esse índice era da ordem de 5 %.

Adicionalmente, o documento evidencia que a presença de estudantes com mais de 20 anos matriculados na EJA mais que duplicou desde 2009, ultrapassando 30 % dos jovens daquela faixa etária que persistem na escola. Contudo, essa modalidade enfrenta desafios expressivos em termos de aprovação, retenção e abandono, ao considerar-se as taxas de rendimento escolar recentemente divulgadas.

Por exemplo, o Programa Novo Caminho da EJA apresentou média de aprovação de cerca de 78 % entre seus atendidos, ao passo que as matrículas da EJA registraram declínio, sendo sinalizadas para redes públicas como reflexo da migração de estudantes com histórico de retenção ou abandono.

Ainda mais, o Censo Escolar 2023 apontou taxa de evasão no ensino médio de 5,9 % e repetência de 3,9 %, evidenciando que a modalidade EJA congrega estudantes que já acumulam defasagem idade-série e trajetórias escolares interrompidas.

As referidas estatísticas assinalam que a EJA assume parte substancial de uma dívida educacional nacional, sobretudo entre populações marcadas por vulnerabilidade socioeconômica, racial e regional. Em razão das evidências, surge a necessidade de perscrutar com maior profundidade como mediações pedagógicas orientadas à EJA podem efetivar reconfigurações das trajetórias formativas, reduzindo desigualdades de acesso, permanência e certificação. A justificativa para esta investigação encontra-se na constatação de que, mesmo com avanços em taxas gerais de conclusão do ensino básico no Brasil (por

exemplo, em 2019, a taxa de conclusão do ensino médio para jovens de 20 anos ultrapassou 70 % segundo o IMDS).

Todavia, esse progresso não se distribui equitativamente, de modo que a EJA opera muitas vezes como via de segunda oportunidade para quem foi excluído do fluxo regular, o que exige reflexões críticas sobre estratégias de mediação, currículo, avaliação e tecnologia educacional. A lacuna entre a disponibilidade da modalidade e sua efetiva capacidade de promover percursos formativos com sentido persiste e torna o estudo justificado.

Diante desse quadro, o objetivo geral da presente pesquisa consiste em analisar como mediações pedagógicas, docentes, curriculares e avaliativas, embasadas em perspectivas de inclusão e reconhecimento, contribuem para reconfigurar trajetórias formativas de estudantes da EJA, promovendo aprendizagem significativa, permanência e certificação. A investigação propõe-se a mapear os arranjos e práticas que interagem com as desigualdades contemporâneas e, dessa maneira, indicar caminhos para fortalecer a interseção entre política, prática pedagógica e letramento em contextos de educação de jovens e adultos.

Para estruturar a exposição, o artigo organiza-se em três partes. A Parte I aborda o panorama teórico e estatístico da EJA e das desigualdades educacionais no Brasil, incluindo dados sobre aprovação, retenção e abandono, bem como os marcos normativos e políticas públicas correlatas. A Parte II dedica-se às mediações pedagógicas, subdividindo-se nos eixos de mediação docente, currículo e avaliação, apresentando estudos nacionais e internacionais que evidenciam práticas emergentes. A Parte III contempla as reconfigurações de trajetórias formativas, com análise de implicações para permanência, certificação e projeções de futuro, além de apontar recomendações para formação docente, organização didática e gestão da EJA. Por fim, a disposição proposta visa oferecer ao leitor uma via interpretativa que integra estatísticas, mediações e trajetórias em diálogo com as desigualdades educacionais contemporâneas.

PANORAMA TEÓRICO E ESTATÍSTICO DA EJA E DAS DESIGUALDADES EDUCACIONAIS NO BRASIL

A compreensão da EJA como dimensão estruturante da educação básica decorre de um cenário em que a desigualdade educacional se entrelaça à desigualdade social. A modalidade consolidou-se como resposta histórica a percursos formativos interrompidos, buscando reinserir sujeitos trabalhadores e suas trajetórias de vida no campo da escolarização formal, mediando oportunidades e reconhecimentos.

As estatísticas educacionais divulgadas pelo Inep (2024) evidenciam a persistência de disparidades que configuram barreiras à permanência e à conclusão. As taxas de aprovação na EJA situam-se abaixo da média da educação regular, alcançando em torno de 78 %, enquanto a evasão aproxima-se de 12 %, o que revela fragilidades estruturais no acompanhamento dos estudantes e na continuidade das aprendizagens.

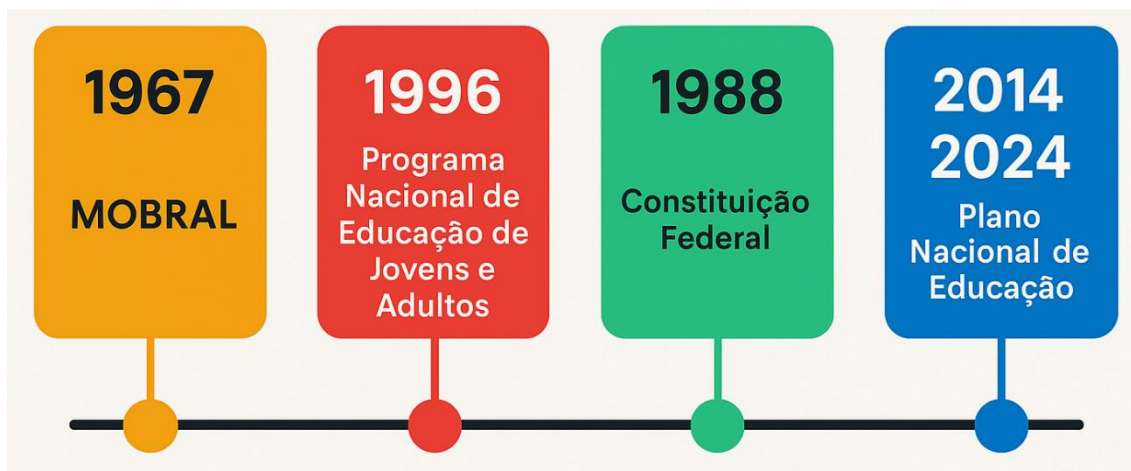
O panorama delineado indica que as desigualdades de rendimento e permanência encontram raízes em fatores socioeconômicos, regionais e culturais, cuja combinação produz vulnerabilidades específicas. O IMDS (2022) demonstra que jovens do quinto mais pobre da população apresentam probabilidade nove vezes maior de interromper a escolarização antes da conclusão do ensino médio, o que realça a natureza persistente da exclusão educativa.

Em perspectiva histórica, a EJA consolidou-se no Brasil mediante ações descontínuas e políticas fragmentadas. O Programa Nacional de Educação de Jovens e Adultos, criado pelo MEC em 1996, articulou-se à herança do MOBRAL, mas enfrentou descontinuidade administrativa, o que comprometeu a universalização da oferta e a consolidação de estratégias integradas de permanência e certificação.

Sob o ponto de vista normativo, a Constituição Federal de 1988 e a LDB de 1996 reconheceram a EJA como direito público subjetivo, assegurando sua gratuidade e adequação metodológica. No entanto, o PNE 2014-2024, ao estabelecer metas de alfabetização e elevação da escolaridade, manteve

indicadores aquém das projeções, especialmente em regiões Norte e Nordeste, segundo o Inep (2024).

Imagem 1. Linha do tempo – Evolução da EJA



Fonte: Elaborado pela autora para este estudo (2025).

Convém salientar que as políticas públicas direcionadas à EJA enfrentam desafios relativos à gestão intersetorial. A ausência de integração entre educação, assistência social e trabalho limita o alcance das ações, conforme ressalta a Fundação Roberto Marinho (2025), ao destacar a queda nas matrículas da modalidade e o aumento de estudantes em situação de vulnerabilidade.

A complexidade da EJA reside na coexistência de dimensões formativas e reparatórias. Os currículos construídos de modo linear e descontextualizado distanciam-se das realidades vividas pelos estudantes, gerando desmotivação e abandono. Para superar tais impasses, propõe-se incorporar metodologias dialógicas e mediações pedagógicas que integrem trabalho, cultura e ciência de modo significativo.

Nesse horizonte, a mediação docente torna-se central, pois aproxima o conhecimento escolar da experiência vivida, criando pontes cognitivas e afetivas. Conforme argumenta Freire (1996), a aprendizagem emerge quando o sujeito se reconhece como produtor de sentidos, e não como mero receptor de conteúdos. A mediação, portanto, reconfigura a relação entre currículo e vida social.

A avaliação constitui outra dimensão estratégica, uma vez que sistemas meritocráticos de mensuração reproduzem exclusões históricas. A adoção de

avaliações processuais e formativas, orientadas à progressão e à autoria, fortalece a permanência. O Inep (2024) indica que escolas com práticas avaliativas mediadoras apresentam taxas de conclusão superiores à média nacional da EJA.

Além disso, as políticas de financiamento influenciam diretamente a sustentabilidade da modalidade. O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), embora inclua ponderações para a EJA, permanece insuficiente para cobrir despesas com material didático, formação docente e adaptação tecnológica. Essa limitação fragiliza as ações continuadas de acompanhamento escolar.

A desigualdade educacional que atravessa a EJA reflete a estrutura social brasileira, que combina pobreza, racismo e exclusão territorial. Conforme o IMDS (2022), os índices de abandono atingem com maior intensidade pessoas negras, mulheres e trabalhadores informais. Assim, políticas afirmativas tornam-se indispensáveis para reconstruir o horizonte de direito à aprendizagem.

Dessa forma, compreender o panorama teórico e estatístico da EJA implica reconhecer que os dados quantitativos ganham densidade quando lidos à luz de processos históricos e mediadores. A análise articulada de marcos legais, indicadores de rendimento e estratégias de mediação docente evidencia a necessidade de consolidar a EJA como política pública de reparação e emancipação.

MEDIAÇÃO DOCENTE, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

A mediação pedagógica configura-se como elemento estruturante da prática docente e manifesta-se na intersecção entre conhecimento, experiência e cultura. O campo educacional contemporâneo tem atribuído centralidade à mediação, reconhecendo que o ato de ensinar ultrapassa a transmissão de conteúdos, pois envolve a criação de contextos relacionais que estimulam reflexão, participação e autoria.

Ao considerar a docência na EJA, compreende-se que a mediação docente exige postura dialógica e escuta ativa, elementos que, conforme Freire (1996), sustentam a prática libertadora, capaz de articular saberes construídos

no cotidiano à sistematização do conhecimento escolar. A mediação, quando orientada por intencionalidade pedagógica, transforma a sala de aula em espaço de encontro entre histórias, experiências e linguagens múltiplas.

Convém observar que, segundo Nóvoa (2019), o professor que media aprendizagens atua como sujeito de cultura, mobilizando saberes práticos e teóricos para ressignificar a formação dos estudantes. Assim, o docente da EJA enfrenta o desafio de articular o currículo à diversidade dos sujeitos, reconhecendo que as trajetórias formativas se entrelaçam às vivências laborais e familiares.

A mediação docente, nesse contexto, requer formação continuada que favoreça o diálogo interdisciplinar e a apropriação crítica de tecnologias educacionais. Para Moran (2020), a inovação pedagógica emerge quando o professor assume papel de curador do conhecimento, articulando fontes diversas e mediando o uso de tecnologias digitais de modo ético e criativo. Essa perspectiva amplia as possibilidades de aprendizagem significativa na EJA.

Em paralelo, o currículo representa o território onde se materializam as mediações educativas. Arroyo (2017) destaca que o currículo da EJA precisa romper com a rigidez linear, acolhendo o saber da experiência como dimensão formadora. Quando o planejamento curricular considera as narrativas de vida dos estudantes, o processo formativo adquire caráter emancipador e socialmente relevante.

Nesse sentido, a organização curricular mediada pelo diálogo entre trabalho, cultura e ciência permite que o estudante da EJA perceba a utilidade social do conhecimento. Segundo Sacristán (2013), a mediação curricular requer sensibilidade para compreender os contextos socioculturais e produzir significações compartilhadas que tornem o conteúdo instrumento de transformação e não de reprodução.

A dimensão avaliativa, por sua vez, revela o grau de coerência entre a mediação docente e a construção curricular. Luckesi (2018) defende que a avaliação deve ser processo dialógico e contínuo, voltado à análise das aprendizagens em curso e não à mera classificação. A prática avaliativa mediadora orienta o estudante a reconhecer avanços, identificar desafios e redefinir percursos formativos.

Os estudos de Black e Wiliam (2010) apontam que avaliações formativas, quando articuladas à mediação pedagógica, favorecem o engajamento e a persistência dos estudantes. No contexto da EJA, tais práticas reduzem a evasão, uma vez que promovem sentimento de pertencimento e ampliam o vínculo entre estudante e instituição.

Além das dimensões docente, curricular e avaliativa, a mediação pedagógica abarca aspectos relacionais e afetivos que fortalecem a permanência. Segundo Charlot (2000), aprender implica construir sentido para o mundo e para si, processo que depende da qualidade das relações estabelecidas. Assim, a mediação não se limita à técnica, mas envolve ética, empatia e reconhecimento do outro.

Dessa maneira, a análise das mediações pedagógicas na EJA permite compreender que a aprendizagem significativa decorre da articulação entre currículo flexível, avaliação dialógica e docência reflexiva. A convergência entre esses eixos constitui condição para que a EJA se consolide como política formadora de sujeitos críticos, capazes de reconfigurar trajetórias interrompidas e de reivindicar pertencimento social.

RECONFIGURAÇÕES DE TRAJETÓRIAS FORMATIVAS

Reconfigurações de trajetórias formativas ganham fôlego quando a aprendizagem adulta assume caráter transformador e reflexivo. A EJA, ao articular experiências laborais e saberes escolares, produz deslocamentos identitários e novas projeções de futuro, sobretudo quando práticas educativas induzem reinterpretações de mundo e ampliação de agência, conforme sustentado por Mezirow (2000) e Dubet (2004).

Nesse horizonte, permanência depende de apoios pedagógicos e institucionais que dialogam com vulnerabilidades sociais e temporais. Estratégias que reduzem barreiras de acesso, conciliam trabalho e estudo e promovem pertencimento elevam a continuidade, pois expandem capacidades de escolha e realização, perspectiva debatida por Sen (1999) e reiterada por Di Pierro (2005).

Quanto à certificação, o reconhecimento de saberes construídos no cotidiano, sem diluição de critérios de qualidade, favorece percursos conclusivos. A validação de competências articulada ao direito público à educação demanda critérios transparentes e socialmente referenciados, discussão presente em Young (2007) e em debates normativos analisados por Cury (2002).

No plano da mediação docente, conhecimentos profissionais ancorados na experiência, na ética e na pesquisa sobre a própria prática sustentam decisões pedagógicas contextualizadas. Tardif (2002) descreve saberes docentes plurais, enquanto Perrenoud (1999) argumenta que competências mobilizadas em situação reconfiguram rotas de aprendizagem quando planejamento e acompanhamento emergem de diagnósticos finos.

Para a organização didática, itinerários flexíveis, projetos integradores e estudos orientados por problemas conectam currículo e vida social. Gadotti (2000) defende pedagogias emancipatórias que valorizam trabalho, cultura e participação, e Mezirow (2000) reforça que experiências desestabilizadoras, quando mediadas com cuidado, inauguram novos quadros de referência e sustentam reorientações formativas.

No campo da avaliação, processos contínuos, dialogados e orientados a evidências de aprendizagem conduzem revisões de rota com menor estigma. Stiggins (2005) argumenta que avaliação para a aprendizagem favorece regulação autoral do estudo, condição que reduz abandono, estimula metas graduais e fornece parâmetros compreensíveis para certificação responsável.

Gestão acadêmico-administrativa comprometida com transparência procedimental, monitoramento formativo e apoio socioeducativo cria ambiente propício a reconfigurações. Sander (2007) discute gestão educacional voltada a resultados socialmente relevantes, enquanto Cury (2002) destaca arranjos normativos que asseguram direito público, financiamento adequado e controle social sobre prioridades.

Políticas intersetoriais articulando assistência, qualificação profissional e saúde mental reduzem interrupções e fortalecem retorno. Haddad e Di Pierro (2000) assinalam que programas de alfabetização e elevação de escolaridade

alcançam maior perenidade quando conectados a redes territoriais, movimento que Di Pierro (2005) descreve como condição para sustentação de trajetórias.

Cenários de trabalho digital e redes sociotécnicas ampliam exigências de letramentos múltiplos e raciocínios críticos. Castells (1999) analisou transformações produtivas que pressionam requalificações recorrentes, enquanto Young (2007) advertiu que seleção e sequenciação do conhecimento exigem critérios públicos, sob risco de aprofundar segmentações e promessas de certificação vazias.

Delineiam-se, portanto, recomendações operacionais: formação docente contínua centrada em prática situada e investigação da própria ação, organização didática com módulos flexíveis, avaliação reguladora de percursos, gestão com dados públicos e apoio intersetorial. Esse conjunto, apoiado em Tardif (2002), Perrenoud (1999), Sander (2007) e Sen (1999), favorece permanência, certificação e projeções de futuro socialmente relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura integrada dos eixos abordados permite compreender que a Educação de Jovens e Adultos constitui campo de reinvenção contínua da política educacional, uma vez que congrega sujeitos historicamente alijados do direito à escolarização regular e os reconduz ao convívio formativo por meio de mediações que articulam experiência, trabalho e cidadania. A análise dos indicadores nacionais de aprovação, retenção e abandono evidenciou que as desigualdades de origem social, racial e territorial permanecem como condicionantes decisivas das trajetórias escolares, o que reforça a necessidade de políticas consistentes e duradouras.

Observou-se que a consolidação da EJA como política de reparação demanda esforços convergentes entre docência, currículo e avaliação, dimensões que, quando mediadas por princípios dialógicos e inclusivos, favorecem o reconhecimento das múltiplas formas de saber e o fortalecimento da autoestima intelectual dos estudantes. A mediação docente, nesse processo, configura-se como ponte epistemológica entre o conhecimento científico e a

sabedoria popular, ao passo que o currículo, ao incorporar experiências de vida, transforma-se em instrumento de emancipação e pertencimento.

Constatou-se, ainda, que práticas avaliativas formativas e participativas produzem impacto direto sobre a permanência e a certificação, pois substituem a lógica meritocrática pela perspectiva de progressão acompanhada. O fortalecimento de políticas intersetoriais e de formação continuada, quando orientado por diagnósticos contextuais e por transparência procedimental, amplia a sustentabilidade dos programas e reconfigura o horizonte da EJA como espaço de construção coletiva.

No âmbito da gestão, verificou-se que a integração entre planejamento pedagógico, apoio socioeducativo e acompanhamento longitudinal constitui estratégia promissora para prevenir evasões e assegurar itinerários flexíveis. Recomenda-se, portanto, que as redes públicas ampliem o uso de instrumentos de monitoramento qualitativo e que invistam na formação de equipes gestoras capazes de articular dimensões pedagógicas, administrativas e comunitárias.

A trajetória investigativa também revelou a urgência de novos estudos sobre a interface entre tecnologias digitais e mediações pedagógicas na EJA, considerando os impactos da inteligência artificial, dos ambientes virtuais de aprendizagem e das plataformas adaptativas sobre a autonomia dos estudantes adultos. Ademais, pesquisas futuras poderiam examinar comparativamente experiências latino-americanas de reconfiguração curricular e de certificação de saberes informais, a fim de identificar modelos mais inclusivos e transferíveis ao contexto brasileiro.

Por fim, reafirma-se que a EJA, ao mobilizar conhecimentos socialmente situados e ao transformar narrativas de interrupção em percursos de continuidade, projeta uma pedagogia do recomeço. Essa pedagogia, fundada na escuta, na mediação e na justiça cognitiva, constitui não apenas um campo de estudo, mas um horizonte ético e político a ser continuamente reconstruído por educadores, gestores e pesquisadores comprometidos com a dignidade do aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA GOV. **Ensino médio tem maior taxa de evasão da educação básica.** Agência Gov, Brasília, 22 fev. 2024. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202402/ensino-medio-tem-maior-taxa-de-evasao-da-educacao-basica>. Acesso em: 6 abr. 2025.

ARROYO, M. G. **Ofício de mestre: imagens e autoimagens.** Petrópolis: Vozes, 2017.

BLACK, P.; WILIAM, D. **Inside the black box: raising standards through classroom assessment.** London: Routledge, 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2023:** notas estatísticas. Brasília: Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024:** notas estatísticas. Brasília: Inep, 2024.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHARLOT, B. **Da relação com o saber: elementos para uma teoria.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

CURY, C. R. J. **Educação e direito à educação.** Campinas: Autores Associados, 2002.

DI PIERRO, M. C. **A Educação de Jovens e Adultos no Brasil.** São Paulo: Global, 2005.

DUBET, F. **Sociologia da experiência.** São Paulo: Edusc, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. **Menos matrículas, mais desigualdades: os desafios da EJA no Brasil.** Futura | Fundação Roberto Marinho, Rio de Janeiro, 8 abr. 2025. Disponível em: <https://futura.frm.org.br/conteudo/educacao->

basica/noticia/menos-matriculas-mais-desigualdades-os-desafios-da-eja-no-brasil. Acesso em: 6 abr. 2025.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2000.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. **Direito à educação de jovens e adultos**. São Paulo: Ação Educativa, 2000.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IMDS). **Abandono e evasão escolar no Brasil** (Nota Técnica 2022/1). Rio de Janeiro: IMDS, 2022. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2023/11/ImdsNT001-2022-AbandonoEvasaoEscolarBrasil.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

INSTITUTO MOBILIDADE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL (IMDS). **Diagnóstico do abandono e da evasão escolar no Brasil**. Rio de Janeiro: IMDS, 2022. Disponível em: <https://imdsbrasil.org/wp-content/uploads/2022/06/ImdsA001-2022-DiagnosticoAbandonoEvasaoEscolarBrasil.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2025.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

MEZIROW, J. **Learning as transformation**. San Francisco: Jossey-Bass, 2000.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem significativa**. São Paulo: Papirus, 2020.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2019.

PERRENOUD, P. **Dez novas competências para ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

SACRISTÁN, J. G. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SANDER, B. **Gestão da educação**. São Paulo: Cortez, 2007.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

STIGGINS, R. **Assessment for learning**. Portland: ETS Assessment Training Institute, 2005.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

YOUNG, M. **O currículo do futuro**. Campinas: Papirus, 2007.